



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
PARQUE NACIONAL DE ANAVILHANAS

Desenho do Processo do Planejamento – Elaboração da Revisão do Plano de Manejo do Parque Nacional de Anavilhanas

1. Objetivos

1.1. Objetivo geral do DPP

Este documento tem como objetivo apresentar a estrutura geral do processo de planejamento para a elaboração da Revisão do Plano de Manejo do Parque Nacional de Anavilhanas (PNA), incluindo suas diretrizes metodológicas. Trata-se de um instrumental de nivelamento conceitual e teórico do processo.

1.2. Objetivo Geral do Processo de Planejamento

Elaboração da Revisão do Plano de Manejo do Parque Nacional de Anavilhanas, a partir da avaliação e atualização do Plano de Manejo existente – publicado em 2002, quando a UC era categorizada como Estação Ecológica (ESEC) –, de seus novos objetivos após arecategorização, e do acúmulo de novas informações sobre a Unidade.

1.2.1. Objetivos específicos do processo

- Revisar e avaliar o Plano de Manejo e a Portaria de Ordenamento de Uso Público existentes do PNA, considerando suas estruturas e grau de implementação;
- Sistematizar e avaliar os conhecimentos acumulados sobre a Unidade de Conservação (UC) desde a publicação do Plano de Manejo da ESEC, e suas implicações para o planejamento e gestão;
- Diagnosticar as novas informações necessárias ao planejamento e gestão do PNA;
- Elaborar o Diagnóstico e o Programa de Uso Público da UC;
- Elaborar um novo Plano de Manejo para a UC.

2. Contextualização

A Amazônia abriga a maior floresta tropical do mundo e contém um terço de todas as florestas remanescentes desse tipo. A região, compartilhada por nove países sul-americanos, ocupa quase a metade do território brasileiro – 4,1 milhões de km², sendo cortada por milhares de rios, formando a maior e mais densa bacia hidrográfica do planeta. Ela também guarda uma enorme quantidade de carbono, possui uma imensa riqueza biológica, com milhões de espécies – muitas das quais ainda desconhecidas da ciência – e tem uma riqueza cultural igualmente diversa, com populações tradicionais e indígenas de longa e rica tradição no convívio com a floresta.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
PARQUE NACIONAL DE ANAVILHANAS

O Parque Nacional de Anavilhanas foi criado como Estação Ecológica (ESEC) no ano de 1981, pelo Decreto nº 86.061 do dia 2 de junho, tendo sido recategorizada para Parque Nacional em 2008, pela Lei nº 11.799, de 29 de outubro, abrangendo os municípios de Manaus e Novo Airão, no estado do Amazonas, com área total de 350.018 ha. Cerca de 60% da área do Parque é fluvial: trata-se do arquipélago das Anavilhanas, situado no baixo rio Negro, cerca de 40 km acima da cidade de Manaus, formado por aproximadamente 400 ilhas, com centenas de lagos, rios, paranás, igapós e igarapés ricos em espécies vegetais e animais. A principal via de acesso ao Parque Nacional de Anavilhanas é o rio Negro, podendo a mesma ser acessada também por via terrestre ou aérea. A Unidade de Conservação (UC) possui um conjunto de estruturas em Novo Airão (sede, alojamento e ancoradouro) e três bases avançadas no interior do Parque, acessíveis somente por barco.

De fevereiro a agosto, período das cheias do rio Negro, as ilhas ficam submersas e é possível navegar pelas florestas de igapó (alagáveis durante esse período do ano). Quando as águas baixam, centenas de praias de areias brancas emergem. Maiores informações podem ser encontradas no sítio do PNA: www.icmbio.gov.br/parnaanavilhanas.

Os recursos naturais do Parque, sobretudo na porção de terra firme, são de elevado grau de primitividade, tendo em vista que o atual estágio de desenvolvimento amazônico ainda não foi capaz de alterar significativamente os ecossistemas ali encontrados. Esse mesmo motivo conferiu a Anavilhanas altos níveis de intocabilidade no passado, com a criação da ESEC.

Dentre os ecossistemas protegidos, três conferem à UC especial significado conservacionista. São esses: as Campinas e Campinaranas, as Caatingas-igapó e os Chavascais, os quais são ecossistemas sensíveis, possuem distribuição restrita e são encontradas em reduzido número de áreas protegidas, além de abrigarem espécies com alto grau de especialização e endemismo.

Em termos de fauna, segundo o Plano de Manejo da ESEC, Anavilhanas também é especial, e serve de abrigo e proteção para mais de dez espécies de mamíferos ameaçadas de extinção, além de abrigar mais de uma dezena de espécies notáveis de aves, das quais inúmeras encontram-se ameaçadas, o que torna o local especial para observação de aves. São encontradas também algumas espécies bastante raras embora não ameaçadas de anfíbios e répteis e um conjunto de espécies da ictiofauna representativas do rio Negro, com mais de 334 espécies distribuídas em seus vários ambientes, como lagos, rios e igarapés.

Devido à beleza exuberante de suas ilhas, praias, fauna e flora, além de sua relativa proximidade a centros urbanos, o arquipélago sempre foi uma das maiores atrações turísticas do estado do Amazonas e em decorrência disso a unidade de conservação teve sua categoria alterada para Parque Nacional. Com a mudança de categoria a atividade de visitação ganhou maior importância, tornando-se um dos principais programas de manejo da UC, o que implica a necessidade de revisão do Plano de Manejo, em especial dos estudos e planejamentos específicos de uso público, incluindo a Portaria nº 47 de 9 de abril de 2012, que estabelece normas para o ordenamento da visitação no Parque Nacional de Anavilhanas (PNA) até a publicação da Revisão do seu Plano de Manejo.

O Parque Nacional de Anavilhanas possui Conselho Consultivo ativo desde 2006 e congrega vinte duas representações da sociedade (governamentais e não-governamentais). No âmbito do Conselho estão instituídos o Comitê Técnico-Científico, o Comitê de Educação



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
PARQUE NACIONAL DE ANAVILHANAS

Ambiental e o Comitê de Uso Público, que têm objetivo aprofundar a participação social nas respectivas áreas temáticas.

No contexto regional o PNA está inserido em uma região que possui instrumentos de gestão territorial estratégicas à conservação, reconhecidos nesse território: a Reserva da Biosfera da Amazônia Central, o Corredor Central da Amazônia e o Mosaico de Áreas Protegidas do Baixo Rio Negro. Existe uma sobreposição de áreas entre essas três ferramentas, e a integração entre elas traz oportunidades para alavancar a implementação das UC do território. Além disso, o PNA ainda faz parte do Complexo de Conservação da Amazônia Central, um dos sítios do Patrimônio Natural Mundial.

No desenho institucional, a UC faz parte do Núcleo de Gestão Integrada (NGI) de Novo Airão, em conjunto com mais duas UCs: Parque Nacional do Jaú e Reserva Extrativista do Rio Unini. As inserções de contexto territorial e institucional devem ser analisadas com atenção na elaboração do Plano de Manejo, uma vez que são ferramentas utilizadas para intervenção direta na região da UC por meio de organismos gestores (Conselho da Reserva Biosfera, Conselho do Mosaico do Baixo Rio Negro, Conselho das Unidades de Conservação do entorno, instâncias governamentais gestoras), e/ou projetos e programas.

Como diretriz institucional, a revisão do plano de manejo do PNA faz parte dos compromissos assumidos pelo ICMBio junto ao projeto Parques da Copa, que tem por objetivo implantar infraestruturas de apoio a visitação, como Centro de Visitantes, Portais, Sinalização, trilhas, etc. para atender a perspectiva de aumento de turistas estrangeiros no país e de turistas domésticos nas cidades-sede da Copa do Mundo de 2014 no Brasil.

O Parque Nacional de Anavilhanas é apoiado pelo Programa Arpa (Programa Áreas Protegidas da Amazônia), o qual provê recursos financeiros para a gestão da Unidade. Atualmente o Programa arca com aproximadamente 50% dos custos da UC, sendo a outra metade custeada pelo ICMBio. A contratação de consultoria para revisão do Plano de Manejo do Parna Anavilhanas será viabilizada com recursos do Arpa, no âmbito do subprojeto Plano de Manejo.

Possuir um Plano de Manejo atualizado é um dos marcos regulatórios da UC para candidatar-se à acessar recursos do FAP (Fundo de Áreas Protegidas), também no âmbito do Arpa, cujo objetivo é prover recursos permanentes para as UCs já consolidadas se manterem. Além da importância para a própria Unidade, a revisão do Plano de Manejo do PNA é relevante para as metas de implementação do Programa Arpa e do próprio ICMBio.

O principal desafio da Revisão do Plano de Manejo do PNA repousa na elaboração do Programa de Uso Público, haja vista sua inexistência no Plano de Manejo da ESEC que, por ser Estação Ecológica, não permitia atividades de visitação turística. Não obstante, alguns estudos e documentos já foram produzidos visando subsidiar o referido Programa.

3. Referências Legais

- Decreto nº 86.061, de 02 de junho de 1981 – Criação da ESEC Anavilhanas;
- Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 – Cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
PARQUE NACIONAL DE ANAVILHANAS

- Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002 – Regulamentação do SNUC;
- Portaria nº 161, de 24 de dezembro de 2002 – Publicação do Plano de Manejo da ESEC Anavilhanas;
- Lei nº 11.799, de 29 de outubro de 2008 - Recategorização de ESEC Anavilhanas para PARNA;
- Portaria nº 47 de 9 de abril de 2012 - Normatiza o ordenamento da visitação no Parque Nacional de Anavilhanas (PNA);
- Instrução Normativa nº 31, de 17 de janeiro de 2013 – Estabelece diretrizes, normas e procedimentos para o processo de revisão de planos de manejo das unidades de conservação federais.

4. Referências metodológicas

- Roteiros Metodológicos de Planejamento – Parque Nacional, Reserva Biológica e Estação Ecológica (IBAMA, 2002; e ICMBio, 2011);
- Roteiro Metodológico para Manejo de Impactos da Visitação (ICMBio, 2011);
- Padrões abertos para a Prática da Conservação (CMP, 2007);
- ROVAP - *Rango de Oportunidades para Visitantes en Áreas Protegidas* (USDA e IITF, s/d);
- Enfoque Ecosistêmico (ELAP-ECI, FCBC, 2011).

5. Referências Técnicas

- Plano de Manejo da ESEC Anavilhanas (IBAMA, 1999);
- Diagnóstico da Oferta Turística do PNA (ICMBio, 2011);
- Pesquisa Cadeia Produtiva do Turismo do PNA (ICMBio, 2011);
- Proposta de Ordenamento dos Botos (PNA, 2010);
- Relatório de Uso Público do PNA (PNA, 2011);
- Documentos do PGR de Anavilhanas (PNA, 2007);
- Pesquisas já realizadas e em andamento no PNA, com destaque para:
 - a. “Conservação do Peixe-Boi-Amazônico no Baixo Rio Negro, Amazonas”, coordenada por Cristina Tófoli;
 - b. Caracterização Hidro- Geomorfológica da área fluvial do Parque Nacional do Arquipélago de Anavilhas – Rio Negro, AM”, coordenada por Naziano Filizola.
 - c. “ A influência de características físico-químicas e biológicas de lagos nas comunidades de aves aquáticas na Amazônia”, coordenada por Renato Cintra.
- Mapa turístico do PNA.
- Planejamento estratégico do ICMBio



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
PARQUE NACIONAL DE ANAVILHANAS

6. Referências conceituais

Plano de Manejo

A lei 9985/00 que estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC define Plano de Manejo como “documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade”.

Todas as unidades de conservação devem dispor de um Plano de Manejo, que deve abranger a área da unidade de conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas (SNUC, 2002. art. 27).

Trata-se de um documento técnico que busca integrar dados do meio físico, biótico e sócio-econômico relacionados com a UC, consolidados em um diagnóstico de maneira a subsidiar seu planejamento e gestão, a partir de uma visão **estratégica**, realista e operacional; através de **ações** que visam atingir **objetivos** bem definidos, com **metas** factíveis, claras e mensuráveis, a partir de **indicadores** consistentes e sensíveis. Também define o ordenamento do uso do território, através do seu zoneamento, normatização e regulamentação específicas. Assim, o Plano de Manejo é o instrumento de mais alto nível para a tomada de decisões e execução de ações na área protegida.

7. Visão Geral do Processo de Planejamento

A proposta aqui apresentada para a elaboração do Plano de Manejo do Parque Nacional de Anavilhanas segue as etapas descritas nos Roteiros Metodológicos de Planejamento – PARNA, REBIO e ESEC disponíveis, com as adaptações necessárias. O Processo é dividido basicamente em 3 momentos: I - Organização do Planejamento, II - Diagnóstico e III – Planejamento, conforme descrito abaixo. Em virtude da existência do Plano de Manejo da ESEC, a etapa do Diagnóstico empreenderá menor esforço nesse processo, com exceção do Diagnóstico de Uso Público, explicitado anteriormente.

Na etapa de **Organização do Planejamento**, será realizada a avaliação geral do plano do manejo da ESEC, onde é avaliado seu grau de implementação, e sua adequação, além de observar o acúmulo de informações de interesse ao planejamento e gestão da UC. É feito o nivelamento conceitual do processo, apresentado e definidas as etapas e estratégias de execução, e pactuada a Equipe de Planejamento (EP). Nesta etapa será formulado o Termo de Referência para contratação de consultoria que irá dar suporte técnico a revisão.

Na etapa do **Diagnóstico** serão compilados os dados necessários para a caracterização da UC de maneira subsidiar o Planejamento, além de iniciada a construção do **modelo conceitual da UC**. Nele são definidos primeiramente os alvos de conservação (biodiversidade e bem estar social) do PNA, em função dos seus atributos ecológicos chave e objetivos de gestão. Serão identificadas as ameaças diretas/indiretas aos alvos de conservação e seus atores (numa relação

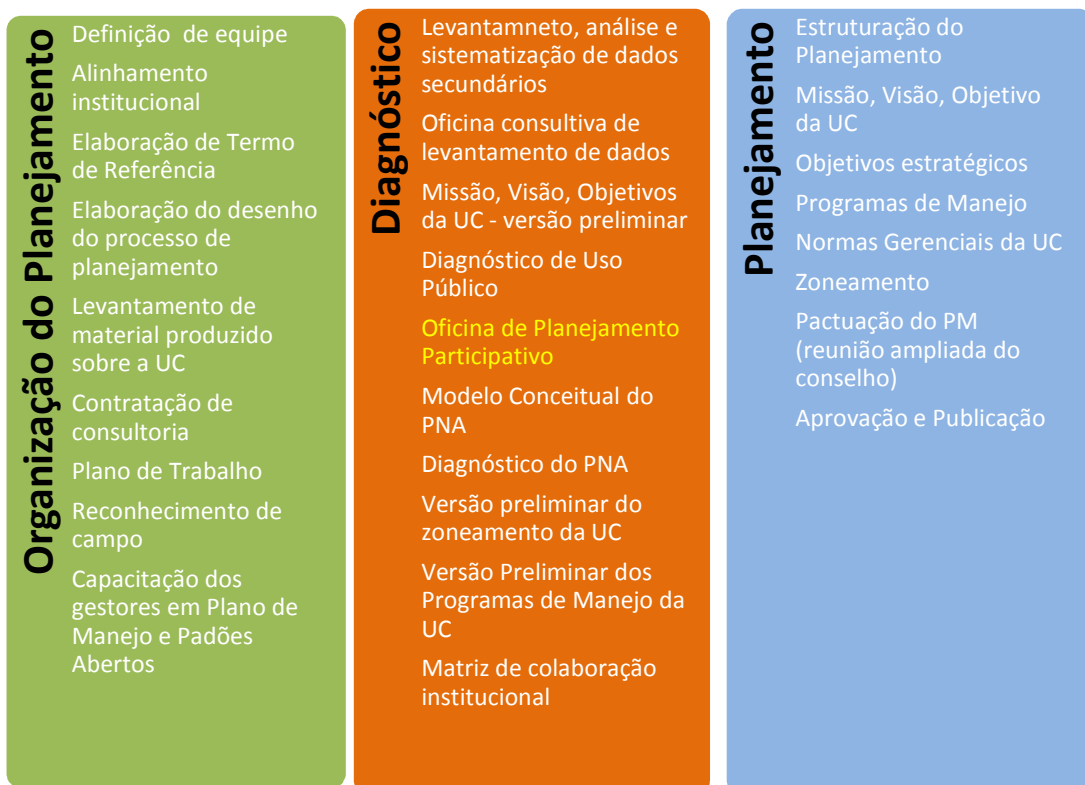


SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
PARQUE NACIONAL DE ANAVILHANAS

de causa e efeito), para então serem pensadas as estratégias de ação para o PNA. Nesta etapa também serão realizadas as atividades de coleta complementar de dados em campo, incluindo a oficina consultiva com os atores locais relacionados à UC. Ao final desta etapa será finalizado o volume Diagnóstico da UC, com uma formatação voltada para ao planejamento e gestão da unidade.

Na etapa de **Planejamento** serão definidos a missão, visão e objetivos do PNA e refinado o modelo conceitual da UC. Com base no Modelo Conceitual e no Diagnóstico da UC, será estruturado o planejamento em nível estratégico e tático, com o desdobramento das estratégias em ações com metas claras, focadas e factíveis para UC, onde se esperam resultados de efetivo impacto para a gestão. Será elaborado um novo Zoneamento para o PNA, e definidas as normas subjacentes. Nesta etapa se espera a participação efetiva dos atores locais envolvidos com o PNA. Ao final desta etapa é finalizado o Plano de Manejo do PNA, com a aprovação do documento pela EP.

De maneira resumida, segue a tabela resumo do fluxo do Processo de Planejamento:





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
PARQUE NACIONAL DE ANAVILHANAS

Modelo Conceitual

A análise situacional é um processo que facilita o entendimento comum sobre o contexto do projeto – incluindo o ambiente biológico e os sistemas sociais, econômicos, políticos e institucionais que afetam os alvos que se deseja conservar.

A análise situacional é apresentada através do Modelo Conceitual, que é um diagrama que mostra o que está acontecendo na área do projeto, identifica as principais forças (ameaças e oportunidades) que influenciam a biodiversidade e estabelece relações causais entre estas forças.

O modelo conceitual permite uma visualização simples e direta do que está acontecendo nas unidades, por meio de um fluxo lógico de influências, o que permite a detecção dos pontos de intervenção para afetar as relações causais entre ameaças indiretas com as ameaças diretas e destas com os alvos de conservação.

Um bom modelo conceitual deve:

- Representar um quadro da situação na abrangência do projeto;
- Apresentar as principais ameaças diretas, indiretas e oportunidades;
- Indicar relações causais;
- Apresentar somente os fatores relevantes;
- Basear-se na informação disponível;
- É o resultado de um esforço de equipe.

8. Equipe de Planejamento – EP

A elaboração dos Planos de Manejo no âmbito do ICMBio é de responsabilidade da Coordenação de Elaboração e Revisão de Planos de Manejo – COMAN/CGCAP, juntamente com o a equipe do Parque Nacional de Anavilhanas e da Coordenação Regional 02 (Manaus/AM), da seguinte maneira:

1. **Supervisor do Plano de Manejo** - Representante da COMAN
2. **O Coordenador** - âmbito da UC
3. **Chefe da UC**
4. **Representante da Coordenação Regional (CR)**

O **Supervisor** é responsável por orientar e conduzir o processo de revisão do Plano de Manejo, incluindo seus aspectos metodológicos, devendo acompanhar e participar da Organização do Planejamento, dos reconhecimentos de campo (quando couber), das oficinas participativas, e das reuniões técnicas. Será de sua responsabilidade analisar os produtos e aprovar tecnicamente o Plano.

O **Coordenador** é responsável por liderar a equipe envolvida no Plano. Deverá participar de todas as etapas de revisão do Plano de Manejo, providenciar a logística dos trabalhos, cobrar os resultados, organizar reuniões e oficinas juntamente com o Supervisor.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
PARQUE NACIONAL DE ANAVILHANAS

O **Chefe da UC** é o co-responsável, juntamente com o Coordenador, pela elaboração do Plano, devendo participar essencialmente da Organização do Planejamento e da Estruturação de Planejamento, além das oficinas participativas e reuniões técnicas. Deve analisar produtos e aprovar tecnicamente o Plano, juntamente com o Supervisor.

O **Representante da CR** é co-responsável pelo andamento do processo de planejamento juntamente como Supervisor, prestando assessoria na realização das atividades e revisão dos documentos.

De modo a garantir resultados mais satisfatórios, tendo em vista o elevado grau de envolvimento demandado da equipe no processo, ressalta-se a importância da continuidade da Equipe Planejamento até a conclusão do Plano de Manejo.

9. Instâncias Consultivas e Momentos de Participação

Além da EP, o êxito do processo de planejamento demanda a participação de outros atores, em diferentes momentos, sob diferentes papéis e formatos. De maneira mais direta, a EP conta com subsídios e apoio da consultoria contratada, conforme Termo de Referência para esta finalidade. De maneira geral, o papel da consultoria consiste em:

- Coleta, análise e sistematização de dados sobre o PNA;
- Desenho e condução das atividades participativas
- Elaboração e consolidação de documentos, conforme orientações da EP.

São previstos ainda três momentos de participação abertas com instituições governamentais e não-governamentais, sociedade civil e outros atores e segmentos sociais relacionados ao PNA, através de consultas públicas, conforme descrito abaixo:

1- **Oficina Consultiva** – Apresentação do trabalho de elaboração da revisão do plano de manejo, apresentação e validação do diagnóstico da UC.

2- **Oficina de Planejamento Participativo** – Levantamento e produção dos principais insumos ao Planejamento do PNA junto ao Conselho Consultivo e atores locais.

3- **Reunião aberta para apresentação do Plano de Manejo** – Apresentação do Plano de Manejo do PNA e validação do documento, onde serão feitos os últimos ajustes juntamente com a sociedade, para a elaboração de sua versão final, a ser encaminhado para publicação.

Além das reuniões abertas, a participação social no processo de planejamento se dará por meio entrevistas individuais com atores chave do PNA, em diferentes momentos, para o levantamento de informações relevantes para o processo.

10. Fluxo de circulação de documentos

Os documentos produzidos em sua versão preliminar pela **Consultoria** serão encaminhados para o **Chefe do PNA**, que irá providenciar a revisão dos mesmos no âmbito da UC, e encaminhará o documento revisado ao **Representante da CR**, que após suas observações encaminhará o documento ao **Supervisor do PM**, que emitirá um parecer de aprovação do documento. Caso sejam necessários ajustes por parte da **Consultoria**, o documento será remetido



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
PARQUE NACIONAL DE ANAVILHANAS

a mesma para a realização dos ajustes solicitados, passando novamente pelo mesmo rito de aprovação junto a EP.

11. Princípios, abordagens e enfoques do processo de planejamento

“(...) é sempre melhor que o plano de manejo seja simples. Mas é mandatório que seja executável e operacional.”

No processo de elaboração do planejamento do Parque Nacional de Anavilhanas deverão ser considerados os seguintes princípios, abordagens e enfoques, visando a elaboração de um documento prático, útil e voltado à gestão:

Planejamento Estratégico: o plano de manejo irá focar nos aspectos mais estratégicos para a gestão, o que significa que definirá as ações mais táticas para a UC, com base na sua missão e visão, e não em uma descrição exaustiva de tudo o que se pode fazer na área. Deverá deixar clara as ações mais efetivas para a implementação da UC, onde os gestores deverão focar seus esforços. Essa forma de planejamento alinha-se ao processo de planejamento estratégico em implantação no ICMBio.

Abordagem Adaptativa: o plano seguirá o princípio da “não-linearidade” do planejamento, isto é, significa que na prática os objetivos, estratégias, ações, metas e outros elementos do planejamento devem ser revistos periodicamente, com a possibilidade de ajustes, conforme o caso. A não-linearidade implica que as propostas do plano devem ser monitoradas e reajustadas quando as respostas não forem as desejadas, em função da alteração das circunstâncias que o justificaram. A abordagem adaptativa será utilizada quando pertinente, devendo ser acordada e pactuada durante o processo. **Abordagem participativa:** o processo garantirá participação social, buscando a participação efetiva aos atores-chave relacionados ao PNA, em diferentes etapas do processo de revisão do Plano de Manejo. **Abordagem integrada com outras áreas protegidas:** o planejamento do PNA deverá ser elaborado de maneira integrada às unidades de conservação do entorno, em nível de NGI (Núcleo de Gestão Integrada de Novo Airão/ICMBio) e de Mosaico (Mosaico de Áreas Protegidas do Baixo Rio Negro - MBRN).

Enfoque Ecológico: deverá ser considerado no planejamento do PNA os 12 princípios do Enfoque Ecológico, incorporado à Política Nacional do Meio Ambiente quando o Brasil se tornou signatário da Convenção da Diversidade Biológica (CDB). Isso significa que as propostas de manejo e gestão deverão estar alinhadas com as estratégias globais e nacionais de conservação e desenvolvimento. Esses princípios estão estruturados sobre três bases principais – a conservação da diversidade biológica, o uso sustentável da biodiversidade e a repartição justa e equitativa dos benefícios provenientes da utilização dos recursos genéticos – e se refere à biodiversidade em três níveis: ecossistemas, espécies e recursos genéticos.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
PARQUE NACIONAL DE ANAVILHANAS

12. Referências Bibliográficas

Andrade, A.; Aarguedas, S.; Vides, R. (2011) *Guía para la aplicación y monitoreo del enfoque Ecosistémico*. CEM-UICN, CI –Colômbia, ELAP –UCI, FCBC, UNESCO –Programa MAB.

Árguedas Mora, S. 2007. *Aspectos Conceptuales para el Diseño de Procesos de Elaboración de Planes de Manejo para Áreas Silvestres Protegidas*. Costa Rica: Escuela Latinoamericana de Áreas Protegidas – ELAP.

_____. (2011). *Diseño del Proceso de Planificación para La Reserva de Uso Múltiple Las Costas – DPP*. Gobierno de La Provincia de Salta. Ministério de Ambiente y Desarrollo Sustentable. Agencia de Áreas Protegidas.

CMP - The Conservation Measures Partnership (2007). *Padrões abertos para a Prática da Conservação*. Fonte: <http://www.conservationmeasures.org/wp-content/uploads/2012/09/CMP-Open-Standards-Version-2-0-Portuguese.pdf>. Acessado em 21/11/2013.

Forest Service, CIPAM e International Institute of Tropical Forestry (s/d). *ROVAP: El Rango de Oportunidades para Visitantes em Áreas Protegidas*. EUA: USDA e IITF.

FOS – Foundations of Success (2007). *Miradi*. Fonte: <https://miradi.org/>. Acessado em 21/11/2013.

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (2002). *Roteiros Metodológicos de Planejamento – Parque Nacional, Reserva Biológica e Estação Ecológica*. Brasília: MMA/IBAMA.

ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (2011). *Roteiros Metodológicos de Planejamento – Parque Nacional, Reserva Biológica e Estação Ecológica*. (Versão para discussão). Brasília: ICMBIO.

_____. (2011). *Roteiro Metodológico para Manejo de Impactos da Visitação*. Brasília: ICMBIO.

MMA – Ministério do Meio Ambiente (2000). *Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - Snuc: Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000*. Brasília: MMA.

USFS - US Forest Service (2008). *Trail Class Matrix*. Fonte: <http://www.fs.fed.us/recreation/programs/trail-management/trail-fundamentals/>. Acessado em 21/11/2013.